

A Associação tomou corpo por causa de Lucinete de Andrade, hoje diretora-presidente da ABRACI. Em 2002, ela e outros pais participaram de uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) cuja proposta era divulgar a terapia ABA (Análise Comportamental Aplicada), uma intervenção comportamental focada em autistas. Lucinete foi uma das mães do estudo. Mais tarde, ela e outros pais quiseram avançar na teoria e prática do método e passaram a se encontrar periodicamente.

Com frequência, Lucinete era anfitriã dessas reuniões. Ela se recorda da casa cheia. No espaço, os pais estudavam, passavam informações adiante e trocavam experiências uns com os outros. O resultado disso foi a ABRACI, fundada oficialmente em 2012, quando ganhou um espaço físico, no Cruzeiro Velho. Atualmente, o local funciona como sede administrativa e centro para atendimentos psicológicos.

Lucinete atribui sua dedicação à experiência com a filha autista, Naiara, de 18 anos, que lhe dá forças para cuidar de outras pessoas. O autismo é quatro vezes mais comum em meninos do que em meninas, e Lucinete lembra que já lutou muito para que as pessoas entendessem que a filha tinha, sim, TEA.

Além disso, as terapias para pessoas com autismo, assim como outros distúrbios do neurodesenvolvimento, são muito caras. Por isso, a ideia de disseminar os conceitos e as práticas da ABA é uma forma de tornar o tratamento mais acessível para as famílias,

principalmente as mais carentes. Há evidências também de que, quando o método é continuado em casa, no contexto domiciliar, é visivelmente eficiente para os quadros de autismo, mesmo os mais severos.

Família envolvida

Por ser também conselheira tutelar, Lucinete tem um senso social aguçado. Sem apoio do governo para desenvolver as atividades, firma parcerias com estudantes de psicologia e psicólogos recém-formados para assistir as crianças da ABRACI e passar os princípios da ABA à frente.

“O Sistema Único de Saúde (SUS) não oferece a ABA. Muitas vezes, receitam medicação, mas não indicam estímulo comportamental. E o indivíduo com autismo precisa muito de estímulo. Então, como ficam as famílias carentes?”, questiona. Para se ter ideia, das 113 crianças assistidas pela ABRACI, 50 são apadrinhadas. Ou seja, têm um terceiro que paga a taxa associativa destinada ao tratamento.

Assim, Lucinete toca a ABRACI-DF pensando no autismo enquanto contexto familiar e questão séria de saúde. “Falar em neurodiversidade é muito bonito, mas temos um público que requer ajuda de saúde mental. Adjetivos do tipo não revelam a realidade de mães doentes, cuidadoras que precisam ficar alertas a todo tempo, prontas para ajudar numa crise e que vão desesperadas atrás de soluções”, afirma.

Adultos sem apoio

A ABRACI-DF ajuda pessoas como Lúcio Gabriel Gomes Fernandes, de 19 anos, que tem autismo severo. A mãe dele, Edilene Gomes da Silva, 44, vai do Mangueiral para o Cruzeiro toda semana para que o filho se consulte e tenha apoio na associação.

Lúcio passou três anos na fila por uma vaga no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) — serviço que acolhe pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental. Foi chamado quando tinha 16 anos e as atividades por lá ajudaram muito no desenvolvimento social dele. No CAPS, Edilene conseguia ter, ela mesma, acesso à terapia. Só que Lúcio recebeu alta quando completou 18 anos e a mãe teve o acompanhamento interrompido desde então.

Ele frequenta o Centro de Ensino Especial, na 912 da Asa Sul, referência no ensino de pessoas com deficiência na cidade, e é bem amparado por lá. Mas, mesmo com progresso e cuidados diários na escola, são muitas as dificuldades para conseguir tratamento para o autista adulto. Sem contar que a semana é agitada. Edilene é divorciada e a principal cuidadora de Lúcio.

A servidora pública da Secretaria de Saúde se desdobra em várias para levar o filho para a terapia e atividades complementares e ainda dar todo o carinho em casa. “É desgastante buscar ajuda e receber vários não. Felizmente, descobri que uma das medicações que ele toma está disponível na Farmácia de Alto Custo, o que já alivia no sentido financeiro”, completa.

Arquivo pessoal



Edilene Gomes da Silva faz de tudo para que o filho Lúcio Gabriel, que tem autismo severo, tenha acesso a tratamento e uma vida digna

ALGUMAS ABORDAGENS DE TRATAMENTO

ABA (Applied Behavior Analysis) ou Análise do Comportamento Aplicada — Usa o condicionamento operante para reforçar e melhorar o comportamento significativo (positivo) e reduzir os indesejáveis, como agressividade. Ensina novas habilidades, aperfeiçoa a atenção e a interação. Nesse tipo de intervenção, é interessante que os pais deem sequência à técnica em casa.

Teacch (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children) — É um programa psicoeducacional. Prepara e organiza o ambiente físico para ser intuitivo. Visa a independência e o aprendizado. No Brasil, é menos comum do que a ABA, mas é possível trabalhar com as duas abordagens.

PECS (Picture Exchange Communication System) ou Sistema de Comunicação por Troca de Figuras — Método de comunicação alternativa, por meio de figuras, uma vez que autistas costumam ser não orais.